

Políticas públicas de superação da violência nas escolas em Maringá, Sarandi e Paçandu

Ivana Veraldo
Universidade Estadual de Maringá

Introdução

Aumentam, assustadoramente, os episódios de violência nas escolas. Violências praticadas contra a escola, como os danos ao patrimônio, e as agressões cometidas pelos atores envolvidos no processo escolar.

As ocorrências são relatadas pela mídia de forma sensacionalista, distorcendo ou exagerando a realidade. E prevalecem reações imediatistas e repressivas que perpetuam uma visão asséptica da escola, como se ela e seus atores pudessem ser imunes à violência social. Mas há um esforço dos órgãos públicos em organizar um conjunto de ações que visem alterar esse quadro e programar um trabalho de prevenção à violência. Verificamos, portanto, na esfera federal, nos Estados e em vários municípios a efetivação de ações públicas de enfrentamento ao fenômeno da violência nas escolas.

Nossa pesquisa procurou identificar as ações de combate à violência nas escolas das redes municipais de Maringá, Sarandi e Paçandu. Escolhemos os três municípios porque formam uma única mancha urbana com acentuada mobilidade entre eles, perpetrando uma dinâmica econômica e social integrada. Avaliamos, também, se as ações desencadeadas nesses municípios podem ser caracterizadas como políticas públicas educacionais.

Violência nas escolas

No plano internacional, o ano de 1997 marca a iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de pôr em prática uma série de estudos sobre violência nas escolas. No Brasil, episódios mais intensos de violência nas escolas começaram a se manifestar a partir do final dos anos 80 em estabelecimentos de grande porte e, predominantemente, nas capitais. Nesse período, poucos estudos foram registrados. Na década seguinte, o processo cresceu sistematicamente, avançando no século

XXI para as cidades de médio porte. Aparecem, então, os primeiros diagnósticos e tem início em nosso país, de fato, a produção de conhecimento sobre o tema da violência nas escolas.

Para Debarbieux (2002) a violência no cotidiano das escolas está associada a três dimensões: a) à degradação no ambiente escolar, por exemplo a gestão das escolas, que resulta em estruturas deficientes; b) a uma violência que se origina de fora para dentro das escolas, que as tornam “sitiadas” (atuação de gangues do tráfico de drogas e da crescente visibilidade da exclusão social na comunidade escolar); e c) a um componente interno das escolas, específico de cada estabelecimento.

Existe, portanto, a violência praticada **contra a escola**, a violência **da escola** e a violência que ocorre **na escola**. A **violência contra a escola** é a mais fácil de ser compreendida, pois é de fora para dentro. A **violência da escola** é aquela que se realiza através da discriminação por sexo, raça, condição social, opção sexual, padrões de beleza; no não ensinar, criando o espaço sem sentido, espaço vazio, espaço cercado, assemelhando-se a prisões; revela-se na indiferença, na confusão entre o comportamento privado e o comportamento público. É praticada tanto por alunos entre si como entre alunos e professores. É uma dimensão institucional, pois reproduz a pobreza e a desigualdade. E a **violência na escola** aparece na escola, e é importante chamar a atenção para a os reflexos da violência na casa: violência na família, maus tratos, negligência, abandono, abuso sexual, assim como disputas que refletem a violência da localidade (Debarbieux, 2002).

Quanto à primeira situação, a **violência contra a escola** é preciso lembrar que o país é repleto de contradições e marcado por profundas desigualdades sociais, reflexo da concentração de renda. A disparidade econômica aprofunda a desigualdade na medida em que não há igualdade no acesso aos direitos fundamentais. Esse contexto cria um quadro de exclusão e intensifica a situação de vulnerabilidade. Isso tudo é reforçado pela carência de lazer, pela falta de espaços adequados para a sociabilidade juvenil e pela dificuldade de acesso aos bens culturais.

Três tendências de reação ocorrem após a explosão de episódios de violência escolar: a) **ações imediatistas e repressivas**, como a presença da polícia na escola ou até a sua

militarização através da colocação de detectores de metal¹; b) **inércia** (sem propostas concretas de ação) que pode resultar da análise da violência escolar como fruto do crescimento da exclusão, do desemprego, da perda do poder de ganho do salário, da ausência de investimento em educação, da política educacional equivocada; c) **ações preventivas**: tendência internacional adotada pelo MEC que busca envolver a comunidade, assumindo projetos da Unesco como o Cultura da Paz.

Estudiosos do tema da violência escolar no Brasil enfatizam a necessidade de democratizar efetivamente a escola, promovendo maior acesso dos setores populares à educação formal e melhoria da qualidade de ensino. Defendem o imperativo de eliminar processos de exclusão, como o da evasão e o da repetência. Nesse eixo, o tema da democracia sempre vem articulado à idéia de participação de vários atores sociais na vida escolar. Defendem ainda a democratização da gestão interna da escola como estratégia de enfrentamento do fenômeno da violência nas escolas. Enfatizam a necessidade de ampliação dos espaços alternativos para interação social das crianças e jovens, isto é, espaços públicos de lazer, esporte e cultura. Alguns compartilham da tese da abertura da escola e das interações mais intensas com alunos e moradores dos bairros de periferia, mediante a ocupação dos espaços escolares, nos fins de semana para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e de lazer.

O MEC tem produzido documentos nos quais revela o entendimento de que a violência nas escolas é resultante, sobretudo, das dificuldades de agregação e de organização da sociedade civil. Essa interpretação tem levado ao desenvolvimento de projetos na tentativa de envolver toda a comunidade (local e geral) no processo de construção da cidadania e de conquista de direitos. Na concepção destes projetos, a comunidade, representada pelas famílias dos alunos, deve participar não só como simples receptora dos "investimentos sociais" no seu sentido mais amplo (envolvendo desde projetos de saúde até esporte, cultura e lazer), mas também como promotora, executora e gestora de iniciativas e ações. A saída encontrada pelo Estado Brasileiro deve ser entendida no conjunto das ações do Estado de

¹ Ações imediatistas: câmeras de vigilância, catracas, detectores de metais, muros altos, cercas elétricas, cartões magnéticos; policiamento das escolas. Ações punitivas: advertência, suspensão, expulsão do aluno, medidas socioeducativas. Quando caminham nesse rumo, ações imediatistas e punitivas não podem ser compreendidas como políticas públicas de enfrentamento da violência nas escolas.

desresponsabilização sobre as questões sociais e responsabilização da família, da escola, dos professores, dos indivíduos, etc. Ou seja, é no quadro da influência do Neoliberalismo na política econômica e social brasileira que podemos entender como o Estado encontrou a sua forma de resolver o problema da violência escolar: adotando projetos que desresponsabilizam o Estado e responsabilizam a família, a escola, os professores e os alunos.

Ações contra a violência nas escolas em Maringá, Sarandi e Paiçandu

Há mais casos de violência nas escolas nos municípios de Sarandi e Paiçandu do que em Maringá. Situação que se explica quando entendemos o modo como se construiu historicamente a distribuição de riqueza entre essas três cidades. Segundo Moura e Rodrigues (2009) Maringá é uma cidade que apresenta índices econômicos superiores daqueles identificados nos municípios do entorno, consolidando, portanto, um processo de segregação socioespacial que empurra a miséria para Sarandi e Paiçandu. A situação social da população moradora desses três municípios pode ser analisada por alguns índices e eles nos mostram condições bastante distintas. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do ano 2000 de Maringá foi de 0,841, de Paiçandu foi 0,746 e o de Sarandi foi de 0,768 (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil). Enquanto Maringá possui classificação “alto” no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Sarandi e Paiçandu possuem classificação “médio” (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil). Maringá é o 63^o município na classificação nacional e o 6^o na estadual, enquanto Sarandi é o 1367^o município na classificação nacional e o 94^o na estadual e Paiçandu é o 1977^o município na classificação nacional e o 174^o na estadual (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil).

Em **Maringá** foi realizado um levantamento das ações da Secretaria Municipal de Educação (Seduc) no combate ao fenômeno da violência nas escolas da rede municipal e verificou-se que os trabalhos desenvolvidos pela SEDUC são de prevenção. São realizadas capacitações anuais dos Educadores sobre vários temas como cyberbullying, bullying, inclusão e drogas. Os professores fazem o planejamento das aulas e são orientados a trabalhar sobre estes temas em sala de aula com seus alunos. Os alunos são orientados a realizarem trabalhos em sala de aula voltados para os temas abordados. No ano de 2011 todos os alunos

do 1º ao 5º de todas as escolas da rede foram convidados a escrever (confeccionar) um Gibi que abordou o tema Educação para a Paz. Os gibis foram analisados e alguns deles foram publicados pela SEDUC e distribuídos para os alunos da rede de ensino fundamental. Nos últimos anos, os alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental tem participado da formação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência do Estado do Paraná (Proerd).

Em **Sarandi** constatamos que são desenvolvidas Palestras com os pais de alunos nas escolas nas quais há índice elevado de violência. As palestras são realizadas somente quando a Escola solicita junto à secretaria a presença das psicólogas da rede municipal. Em 2012 as escolas participaram do Projeto da RPC TV PAZ SEM VOZ È MEDO - CULTURA DA PAZ. Numa única escola da rede municipal foi desenvolvido um trabalho de construção de textos pelos os alunos nos quais eles deveriam descrever o que entendiam por violência depois de um breve debate sobre o assunto na sala. Nessa escola também foram debatidas as normas de convivência dentro da escola. Constatou-se, em Sarandi, que a responsável pelo trabalho de prevenção à violência nas escolas da rede municipal é a professora de Ensino Religioso e que é no âmbito dessa disciplina que o tema da violência é trabalhado. O trabalho foi desenvolvido com alunos de 5 escolas do município, as que tem maior números de alunos matriculados, sendo 3 delas em bairros periféricos do município. São realizadas atividades que buscam difundir a Cultura da Paz.

Em **Paiçandu** a Secretaria Municipal da Educação organizou um grupo de estudo com o tema Ética: Violência, Comunidade e Escola que envolve profissionais da educação. O objetivo seria o de instrumentalizar as equipes pedagógicas dos Centros Municipais de Educação Infantil e escolas de ensino fundamental para desenvolver um trabalho envolvendo a comunidade no combate a qualquer tipo de violência. Nenhum outro trabalho de combate à violência é realizado nas escolas da rede municipal de educação de Paiçandu.

Nos três municípios destacamos o trabalho realizado pela Patrulha Escolar (Batalhão de Polícia Militar Escolar) que existe na região de Maringá desde ano de 1999. Todos os policiais que fazem parte das equipes da Patrulha Escolar passam por treinamento pedagógico e por aperfeiçoamento periodicamente. Participam de um curso de Formação Especial, no qual tem aulas direcionadas para vários temas que são de fundamental importância para a capacitação pedagógica do policial para desenvolver o trabalho na escola. Temas trabalhados:

Bullying, drogas, direitos humanos e mediação de conflitos. As equipes realizam o trabalho de visitas às escolas e rondas na hora da entrada, intervalo e saída de aula, atendendo as ocorrências solicitadas pelas escolas. A patrulha escolar atua na prevenção e, só em último caso ocorre a detenção do adolescente. Ela tem como objetivo principal prevenir o uso de drogas e fornecer seguranças aos alunos nas escolas e seus arredores. São realizadas palestras com pais, diretores, professores e alunos no início de ano letivo ou quando solicitado pelas instituições de ensino. São realizadas Reuniões Pedagógicas com professores e diretores com o objetivo de apresentar o trabalho que a patrulha escolar desenvolve, qual é o papel da escola na segurança e na disciplina do aluno, o que cabe a Patrulha Escolar, e em que ocorrências que ela deve ser solicitada pela escola e pelos professores. A Reunião com os pais é realizada no início do ano letivo, é de caráter informativo e tem como objetivo informar aos pais e responsáveis o trabalho desenvolvido pela Patrulha junto com a escola, e ainda são abordados temas como segurança, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a importância da participação dos pais no acompanhamento da vida estudantil de seus filhos. Nas reuniões com os alunos o objetivo é o de alertar para os perigos do uso das drogas legais e ilegais por meio da educação preventiva.

São políticas públicas as ações de combate à violência nas escolas?

Por políticas públicas entendemos um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado (pode ser na esfera federal, estadual ou municipal) com vistas ao atendimento às necessidades da sociedade civil. Elas devem ter predominantemente caráter de ações preventivas aos riscos que podem afetar à sociedade. São desencadeadas quando se identificam problemas numa determinada esfera da sociedade. Ao analisar as políticas públicas estabelecidas por determinado governo temos a oportunidade de identificar as prioridades desse mesmo governo, bem como as lacunas que foram deixadas de alcançar. Também nos permite vislumbrar as ações governamentais em situações distintas da realidade brasileira.

De fato, percebemos que é difícil caracterizar as ações de combate à violência nas escolas como “políticas públicas” por várias razões: porque para ser uma política pública seria necessário que essas ações tivessem passado por discussão e negociação com os envolvidos no processo educativo desde a sua concepção; porque para legitimar um programa

no espaço público democrático é necessário que se realizem consultas públicas que ajudem a elaborar um diagnóstico claro do problema bem como apontem soluções; porque nem sempre os objetivos das ações foram debatidos com os envolvidos; porque o orçamento das ações não foi definido pelo coletivo de forma planejada; porque não foi realizada uma avaliação sistemática das ações colocadas em prática. Seria necessário percorrer essas etapas para que as ações de combate à violência nas escolas pudessem se caracterizar como políticas públicas.

Uma política pública de superação da violência nas escolas para ser considerada uma política educacional e fazer parte das políticas sociais, deveria estar voltada ao estabelecimento do direito à educação com qualidade e de forma universal. Esse deveria ser o foco prioritário de qualquer ação de combate à violência nas escolas para poder ser enquadrado no campo das políticas públicas. Ao analisarmos as ações desencadeadas nos três municípios não verificamos necessariamente a preocupação com a qualidade do ensino.

Outro quesito analisado pela pesquisa é a descontinuidade das ações que também as descaracterizam como política pública. As ações são propostas por um grupo que ocupa o governo e depois são abandonadas assim que esse grupo sai da administração. Ora, para que um conjunto de ações possa ser qualificado como política pública é fundamental que seja uma política de Estado e não uma política de um governo.

Sabemos que as ações públicas educacionais envolvem interesses políticos diversos, portanto carregam antagonismos, contradições. Na sociedade capitalista, o Estado assume a função de impulsionar a política econômica, tendo em vista a consolidação e a expansão do capital, favorecendo, assim, interesses privados, em detrimento dos interesses da coletividade. O que caracteriza a política econômica nessa sociedade é seu caráter anti-social. Os efeitos gerados por esta política econômica concentradora de riqueza, contraditoriamente, ameaçam a continuidade do sistema econômico capitalista. Para contrabalancear estes efeitos, o Estado precisa promover políticas públicas ou políticas sociais, nas áreas de saúde, habitação, assistência e previdência social, cultura e educação. Portanto, as políticas educacionais, e nelas estão inclusas as ações de combate à violência nas escolas, contribuem para minimizar os resultados nefastos das relações contraditórias da sociedade capitalista.

Elencamos as principais iniciativas dos três municípios para enfrentar a violência nas escolas. Citamos também a Patrulha escolar que realiza um trabalho de prevenção e, quando

necessário, repressão de atos violentos e o PROERD, que é realizado por policias da patrulha. Sabemos que nas escolas estaduais (que não foram foco da nossa pesquisa) são distribuídos os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência na Escola (2009 e 2010) e é efetivado o programa “Escola que Protege” que se constitui numa proposta de formação continuada dos professores na área da violência escolar. Sabemos que corriqueiramente a violência nas escolas é atacada com medidas de segurança, mas para resolver o problema da violência nas escolas os educadores pesquisadores do tema tem destacado e valorizado as medidas de prevenção. Maringá e Sarandi possuem algumas iniciativas nesse caminho. Um agravante em relação ao trabalho desenvolvido em Sarandi é a vinculação do enfrentamento à violência nas escolas ao ensino de religião. Parece que o ensino religioso está sendo visto como um bom instrumento no combate a "males sociais", como a violência. É preciso refletir com mais profundidade as conseqüências dessa vinculação.

As ações de prevenção depositam uma expectativa grande no trabalho do professor, principalmente contando com a possibilidade de ele vir a realizar cursos de formação contínua que o habilitem ao tema. O questionamento que apresentamos é o de que nem sempre os docentes realmente têm condições de “trabalhar” a complexidade da violência e da violência específica que ocorre na escola, pois sua função é o processo pedagógico em si, que já não se caracteriza como uma tarefa fácil em nossa época. O que não deve acontecer é o professor ser colocado como alguém que pode resolver todos os problemas dos alunos da escola, pois, dessa maneira, o docente perde sua função de educador. Ele, efetivamente, precisa aprender a identificar casos de violência em seus alunos, mas também deve ter consciência de que esse problema precisa ser resolvido por outros órgãos responsáveis por garantir os direitos das crianças. De fato a violência na escola é um fenômeno multifacetado e é dessa forma que deve ser enfrentado, com um trabalho em rede, com vários profissionais envolvidos e vários órgãos.

Concluindo

Concluimos com a certeza de que quando se apregoa a idéia de que é através de ações meramente educativas, ou com medidas de segurança que será solucionado o problema da violência na escola, revela-se a incompreensão da complexidade desse fenômeno.

Ficam, aqui, algumas sugestões para: **a)** convidar estudiosos do tema para analisarem as ocorrências e debaterem o assunto com os educadores nas escolas de maneira a vislumbrar medidas que possam colaborar com a mudança do panorama atual das relações no âmbito escolar; **b)** fornecer aos educadores os mais variados pontos de vistas dos envolvidos nas ocorrências, não só dos agressores e das vítimas, mas também dos gestores da educação, pública ou privada, da Secretaria Estadual de Educação e seus Núcleos Regionais de Ensino, das Secretarias Municipais de Educação, dos diretores das escolas, dos professores, dos pais, dos alunos. Com essa estratégia garante-se a possibilidade de uma visão da totalidade do fato; **c)** tratar de temas como: a falta de estrutura das escolas e dos bairros, a necessidade de ampliar os espaços nas escolas e no seu entorno para a expressão dos jovens nas áreas da cultura, esporte, lazer e interação social para que, ao se envolverem com essas atividades se afastem da criminalidade e possam expressar suas angústias individuais e coletivas; **d)** priorizar a conscientização geral; **e)** estimular o estabelecimento de normas de conduta nas escolas (Regimento Escolar) e a criação de equipes multidisciplinares para o estudo e encaminhamento de casos de bullying à equipe de apoio técnico e psicológico; **f)** estimular um debate que se não evite a punição dos agressores pelo menos polemize essa questão; investindo na reabilitação de agressores e vítimas; privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e mudança de comportamento; **g)** colaborar na luta pela construção da escola como um ambiente sadio e seguro.

O fundamental é que se reconheça que a violência nas escolas é um objeto de debate da esfera pública e deve ser de atenção prioritária do Estado na condição de problema social a ser enfrentado com urgência. Para combatê-la, é fundamental que as ações sejam de prevenção, em rede, que tenham continuidade e que não sejam fragmentadas.

Referências

- Azevedo, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.
- Azevedo, Janete M. Lins de. O Estado, a Política Educacional e a Regulação do setor Educacional no Brasil. (in) FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIRA, Márcia Ângela da Silva (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2008.

DEBARBIEUX, Eric & BLAYA, Catherine. **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. (Orgs.) Brasília : UNESCO, 2002. 268p.

LOPES, C. S. **A violência no espaço escolar e a relação professor-aluno**. Maringá, UEM, PPE, Dissertação de Mestrado, 2001.

MOURA, Rosa & RODRIGUES, Ana Lúcia (organizadoras) **Como andam Curitiba e Maringá**. - Rio de Janeiro: Letra Capital Editora: Observatório das Metrôpoles, 2009. Disponível em:
http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_maringa.pdf
Acesso em 12.04.2012.

OLIVEIRA, Dalila de Andre. As Políticas Educacionais do Governo Lula: rupturas e permanências. In **Revista brasileira de política e administração da Educação** – ANPAE, 2009.

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. In. STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis -RJ: Vozes, 2005.